CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

01

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Ementa: "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

Autoria: Mesa Diretora.

Protocolo nº: 1423/23
Natureza: Projeto
Data: 29 / 11 / 23
Éther Venez
Assinatura

☒ **Aprovado** ☐ **Rejeitado** ☐ **Arquivado**

AUTUAÇÃO:

Aos 29 dias do mês de Novembro de 2023, nesta cidade de Monte Sião, na Secretaria da Câmara, autuo o presente Projeto sob nº 13/2023, como adiante se vê. Do que constar, faço este termo. Eu, Éther Antonielle Donizete Venez, o escrevi.

02

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1423/2023
Data: 29/11/2023 Hora: 16:35:44
Natureza: Projeto

"Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DA DIÁRIA

Art. 1º - Para os fins desta resolução, entende-se como diária a liberação antecipada de numerário aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Monte Sião, a serviço ou para participar em cursos, eventos e encontros de capacitação profissional e outros de interesse do município, que se afastarem da Sede Municipal em caráter eventual e transitório, para outra localidade do território nacional, para cobrir as despesas de hospedagem e alimentação.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o limite mensal, de 5 (cinco) diárias ou 35% (trinta e cinco por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.

Art. 2º - O valor da diária será contabilizado conforme anexo único desta Resolução, observado o seguinte:

I - Nível I - Nos casos em que o período de deslocamento for superior a 06 (seis) horas e inferior a 08 (oito) horas;

II - Nível II - Nos casos em que o período do deslocamento for superior a 08 (oito) horas e inferior a 16 (dezesseis) horas e não exija a pernoite do vereador ou servidor;

III - Nível III - Nos casos em que o deslocamento for superior a 16 (dezesseis) horas ou exija o pernoite do vereador ou servidor;

03

IV - Não serão concedidas, em qualquer hipótese, diárias para os deslocamentos inferiores a 6 (seis) horas.

§ 1º - Na concessão de diárias para o nível III, será considerado o ciclo de 24 (vinte e quatro) horas ou a necessidade de pernoite.

§ 2º - Considera-se termo inicial da contagem de tempo do deslocamento, o horário de partida da sede do município e como termo final, o horário de chegada à sede do Município.

§ 3º - Ainda na concessão de diárias será observado o seguinte:

I - Quando a localidade for considerada cidade turística ou capital, os valores constantes das tabelas sofrerão acréscimo de 15% (quinze por cento);

II - Quando o deslocamento for para a capital federal, os valores constantes das tabelas sofrerão acréscimo de 40% (quarenta por cento);

III - Para efeito de cálculo das diárias se utilizará dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quanto ao número de habitantes de cada localidade.

§ 4º - As despesas de transporte para o deslocamento da sede até o destino e do destino à sede não integrarão o valor das diárias.

§ 5º - Nos casos em que o deslocamento do município constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 6º - Os valores fixados na Tabela de Valores de Diárias serão atualizados, anualmente, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro que venha substituí-lo legalmente, tendo como base sempre o mês de janeiro.

Art. 3º - Para a concessão e pagamento das diárias pressupõem-se, obrigatoriamente, o seguinte:

I - Compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público;

II - Correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições da função ou do cargo;

III – Pertinência entre o motivo do deslocamento e as competências do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º - Fica vedada a utilização de diária para fins pessoais, políticos partidários, de promoção pessoal ou que não corresponda a atividade e ou atribuição da função ou cargo.

§ 2º - Fica vedado o recebimento de diárias a fim de complementação salarial.

Art. 4º - As despesas com pedágios, estacionamentos, combustíveis, taxis, passagens terrestres, passagens aéreas, transportes urbanos e demais despesas imprevisíveis serão objeto Adiantamento de Despesa, regulamentadas em resolução específica.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

Art. 5º - A concessão de diária está condicionada às seguintes etapas:

I – A requisição de diária será realizada à Diretoria Geral, com antecedência mínima de 03 (três dias) úteis, que processará o requerimento com base na análise do cronograma mensal de desembolso, observados os prazos e limites fixados na presente resolução, e encaminhará ao Controle Interno para que este analise e diligencie quanto a solicitação.

II – Considerado legítimo o requerimento de diária pelo Controle Interno, bem como se observado os prazos e limites estabelecidos, o pedido será encaminhado à Presidência da Câmara para apreciação.

III – Deferido o requerimento de diária pela Presidência da Câmara, a solicitação será encaminhada ao Setor de Contabilidade para empenho em dotação orçamentária própria, emitidas a favor de cada responsável pela diária.

IV – Indeferido o requerimento ou considerado ilegítimo, será este arquivado.

§ 1º - Recebida a solicitação, a Diretoria Geral observará o limite mensal de 5 (cinco) diárias ou 35% (trinta e cinco por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.

§ 2º - Quando do cancelamento do deslocamento, por algum motivo de ordem particular, o solicitante deverá comunicar a Diretoria Geral, devendo conter a justificativa do cancelamento do pedido, cessando imediatamente o procedimento de concessão e pagamento da diária.

§ 3º - Fica vedada a concessão de diárias aos Sábados, Domingos e feriados, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, devidamente aceitos pelo Presidente da Câmara, ouvido o Controle Interno.

Art. 6º - A concessão da diária observará ainda o seguinte:

I - O vereador ou servidor que receber diárias e não se afastar da sede do município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

II - Na hipótese de o vereador ou servidor retornar à sede do município em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, mediante depósito identificado em favor da Câmara Munuicipal, após a devida prestação de contas.

III - Havendo imperiosa necessidade de prorrogação do afastamento do vereador ou servidor, poderão ser liberadas as diárias correspondentes ao período excedente, mediante justificativa apresentada e julgada procedente pelo Presidente da Câmara Municipal, observados os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 1º desta Resolução.

IV – Os recursos liberados a título de diárias somente poderão ser utilizados dentro do período autorizado pelo Presidente da Câmara, sob pena de ser considerada irregular a despesa que extrapolar o expressamente aprovado.

Art. 7º - No formulário de requerimento deverá constar no mínimo:

I – data do requerimento;

II – nome do requerente;

III – destino;

IV – cargo do requerente;

V – data e horário de saída e retorno;

VI – quantidade de diárias solicitadas;

VII – justificativa e motivo detalhado da viagem;

VIII - com quem irá se reunir e no caso de cursos de capacitação, programação do evento;

IX – dados para pagamento;

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO 06

X – Assinatura do Requerente.

CAPÍTULO V
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º - A prestação de contas dos recursos provenientes de diária, bem como a respectiva liquidação da despesa, deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do término do período autorizado de utilização da despesa.

§ 1º - Os saldos remanescentes serão recolhidos à conta corrente da Câmara Municipal de Monte Sião, mediante depósito identificado onde constará o nome do responsável.

§ 2º - Para fins de fechamento de exercício, a devolução de saldo de numerário e a prestação de contas deverão ser realizadas até o dia 20 de dezembro.

Art. 9º - A prestação de contas será feita pelo destinatário do recurso e para cada diária recebida, a qual deverá ser devidamente instruída de conformidade com os elementos e critérios estabelecidos nesta resolução e nas normas específicas a serem baixadas pelo órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, contendo, conforme cada caso:

I – Fotos que comprovem a presença no local do evento, curso, reunião ou encontro;

II - Relatório resumido do deslocamento, com a descrição dos principais temas abordados no evento, curso, reunião ou encontro, nome dos palestrantes, autoridades públicas e outros envolvidos, bem como o que achar necessário destacar, como forma de efetiva comprovação e de justificativa da despesa, de modo a demonstrar o interesse público e a pertinência com as atribuições do Poder Legislativo;

III - Certidão/certificado de participação ou certidão/declaração de presença expedido pelo órgão, empresa ou entidade visitada, as quais serão arquivadas juntamente com o processo de prestação de contas da diária;

Art. 10 - As prestações de contas serão encaminhadas pelos responsáveis pela diária ao órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião dentro do prazo estipulado no art. 8ª da presente resolução.

§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar nova diária pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 8ª da presente resolução.

§ 2º - Caberá ao Controle Interno verificar a tempestividade e comunicar a Diretoria Geral da sanção prevista no parágrafo anterior, devendo ainda intimar, formalmente, o responsável pela diária, no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo, para fazê-lo em até 02 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da referida intimação.

§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pela diária, prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.

§ 4º - Não sendo atendida a intimação de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo, será imediatamente instaurada pelo Controle Interno procedimento de Tomada de Contas Especial, observando-se o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 5º - As contas rejeitadas, total ou parcialmente, face à constatação de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, também acarretarão a instauração de Tomada de Contas Especial a que se refere o § 4º deste artigo, bem como impedirá o responsável pela diária de realizar nova solicitação até que seja restituída a quantia correspondente e seja a Câmara Municipal devidamente reparada.

§ 6º - O Controle Interno adotará as mesmas providências contidas no parágrafo anterior, quando constatar que o responsável pela diária se omitiu no dever de prestar contas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Os processos e demais expedientes relativos às diárias ficarão arquivados à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 12 - O Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião expedirá normas especificas com relação à aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de diária, bem como dos modelos a serem utilizados para requisição e respectiva prestação de contas.

Art. 13 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 467, de 05 de dezembro de 2017.

Sala da Sessões, em 29 de novembro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DÉCIO FRED
2º SECRETÁRIO

09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução nº 13/2023, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores na Câmara Municipal de Monte Sião se fundamenta na necessidade premente de estabelecer diretrizes claras e transparentes para o pagamento e utilização desses recursos em nossa instituição. Tal iniciativa visa promover a transparência e a prestação de contas, princípios essenciais para a efetiva gestão de recursos públicos.

A transparência é um pilar fundamental da administração pública, e a regulamentação das diárias é um passo crucial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e de acordo com as normas estabelecidas. A definição de critérios claros e a fiscalização adequada são medidas essenciais para prevenir o uso indevido desses recursos, contribuindo para uma gestão financeira mais eficiente.

A prevenção de irregularidades é uma preocupação constante, e o projeto de resolução propõe medidas concretas nesse sentido. A implementação de controles e fiscalização eficientes é crucial para evitar práticas inadequadas, fortalecendo a integridade do sistema e protegendo os interesses da instituição e da sociedade.

Ademais, a iniciativa visa preencher lacunas na legislação atual, ajustando normas existentes e, assim, mantendo a legalidade e a relevância do arcabouço normativo que rege as diárias na Câmara Municipal de Monte Sião.

Neste sentido, pedimos o apoio dos nobres Edis desta Câmara Municipal para aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DECIO FRED
2º SECRETÁRIO

10

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

DESTINO	NIVEL I	NIVEL II	NIVEL III
Cidades com até 50.000 habitantes	50,00	105,00	210,00
Cidades de 50.001 à 150.000 habitantes	60,00	130,00	235,00
Cidades de 150.001 à 300.000 habitantes	70,00	165,00	270,00
Cidades de 300.001 à 500.000 habitantes	85,00	190,00	295,00
Cidades com mais de 500.001 habitantes	95,00	210,00	350,00

CONCLUSÃO

Em 29 de novembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço concluso o **Projeto de Resolução nº 13/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para despacho é até 06 de dezembro de 2023, nos termos do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 29 de novembro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DOMIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Ofício Nº 270/2023
Assunto: Despacho
Data: 05/Dezembro/2023

Prezados Vereadores,

Pelo presente, ficam despachados, na forma do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião (Resolução nº 514, de 07 de novembro de 2023), os seguintes projetos, inicialmente à Procuradoria Jurídica, e em seguida às comissões respectivamente designadas, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 57, inciso III do texto regimental, concernente a 30 dias corridos:

- **Projeto de Lei Ordinária nº 126/2023**, do Poder Executivo Municipal. Ementa: "Altera a Lei n° 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.". (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- **Projeto de Lei Ordinária nº 127/2023**, do Poder Executivo Municipal. Ementa: "Altera o art.1º da lei nº2.934 de 31 de janeiro de 2023, que "Autoriza a concessão de subvenções sociais e auxílios às entidades que especifica e estabelece outras providências". (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- **Projeto de Lei Ordinária nº 128/2023**, do Poder Executivo Municipal. Ementa: "Altera a Lei n° 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.". (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- **Projeto de Lei Ordinária nº 129/2023**, do Poder Executivo Municipal. Ementa: "Altera a Lei n° 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.". (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- **Projeto de Resolução nº 12/2023**, da Mesa Diretora. Ementa: "Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião". (Comissão de Justiça e Redação).

- **Projeto de Resolução nº 13/2023**, da Mesa Diretora. Ementa: "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010". (Comissão de Justiça e Redação).

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Assinado de forma digital por PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Dados: 2023.12.05 13:16:21 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG

13

TERMO DE REMESSA

Em 05 de dezembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, o **Projeto de Resolução nº 13/2023** para a Procuradoria Jurídica e para a Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer pela Procuradoria Jurídica é até 05 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 58 c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno.

Também informo que o prazo para protocolo de anexos é até 12 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 109 c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno.

Por fim, o prazo para emissão de pareceres pelas comissões é até 20 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 57, III c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno, tendo em vista a suspensão dos prazos regimentais no período de recesso legislativo.

Monte Sião, em 05 de dezembro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1523/2023
Data: 06/12/2023 Hora: 08:31:06
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Projeto de Resolução nº 13/2023 - "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Data: 05 de Dezembro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre o Projeto de Resolução nº 13/2023, de autoria da MESA DIRETORA desta Casa, que "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

2. Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do Projeto de Resolução nº 13/2023 e; (ii) Justificativa.

3. Dispõe o Projeto de Resolução da seguinte redação:

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DA DIÁRIA

Art. 1º - Para os fins desta resolução, entende-se como diária a

liberação antecipada de numerário aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Monte Sião, a serviço ou para participar em cursos, eventos e encontros de capacitação profissional e outros de interesse do município, que se afastarem da Sede Municipal em caráter eventual e transitório, para outra localidade do território nacional, para cobrir as despesas de hospedagem e alimentação.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o limite mensal, de 5 (cinco) diárias ou 35% (trinta e cinco por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.

Art. 2º - O valor da diária será contabilizado conforme anexo único desta Resolução, observado o seguinte:

I - Nível I - Nos casos em que o período de deslocamento for superior a 06 (seis) horas e inferior a 08 (oito) horas;

II - Nível II - Nos casos em que o período do deslocamento for superior a 08 (oito) horas e inferior a 16 (dezesseis) horas e não exija a pernoite do vereador ou servidor;

III - Nível III - Nos casos em que o deslocamento for superior a 16 (dezesseis) horas ou exija o pernoite do vereador ou servidor;

IV - Não serão concedidas, em qualquer hipótese, diárias para os deslocamentos inferiores a 6 (seis) horas.

§ 1º - Na concessão de diárias para o nível III, será considerado o ciclo de 24 (vinte e quatro) horas ou a necessidade de pernoite.

§ 2º - Considera-se termo inicial da contagem de tempo do deslocamento, o horário de partida da sede do município e como termo final, o horário de chegada à sede do Município.

§ 3º - Ainda na concessão de diárias será observado o seguinte:

I - Quando a localidade for considerada cidade turística ou capital, os valores constantes das tabelas sofrerão acréscimo de 15% (quinze por cento);

II - Quando o deslocamento for para a capital federal, os valores constantes das tabelas sofrerão acréscimo de 40% (quarenta por cento);

III - Para efeito de cálculo das diárias se utilizará dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quanto ao número de habitantes de cada localidade.

§ 4º - As despesas de transporte para o deslocamento da sede até o destino e do destino à sede não integrarão o valor das diárias.

§ 5º - Nos casos em que o deslocamento do município constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 6º - Os valores fixados na Tabela de Valores de Diárias serão atualizados, anualmente, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro que venha substituí-lo legalmente, tendo como base sempre o mês de janeiro.

Art. 3º - Para a concessão e pagamento das diárias pressupõem-se, obrigatoriamente, o seguinte:

I - Compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público;

II - Correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições da função ou do cargo;

III – Pertinência entre o motivo do deslocamento e as competências do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º - Fica vedada a utilização de diária para fins pessoais, políticos partidários, de promoção pessoal ou que não corresponda a atividade e ou atribuição da função ou cargo.

§ 2º - Fica vedado o recebimento de diárias a fim de complementação salarial.

Art. 4º - As despesas com pedágios, estacionamentos, combustíveis, taxis, passagens terrestres, passagens aéreas, transportes urbanos e demais despesas imprevisíveis serão objeto Adiantamento de Despesa, regulamentadas em resolução específica.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

Art. 5º - A concessão de diária está condicionada às seguintes etapas:

I – A requisição de diária será realizada à Diretoria Geral, com antecedência mínima de 03 (três dias) úteis, que processará o requerimento com base na análise do cronograma mensal de desembolso, observados os prazos e limites fixados na presente resolução, e encaminhará ao Controle Interno para que este analise e diligencie quanto a solicitação.

II – Considerado legítimo o requerimento de diária pelo Controle Interno, bem como se observado os prazos e limites estabelecidos, o pedido será encaminhado à Presidência da Câmara para apreciação.

III – Deferido o requerimento de diária pela Presidência da Câmara, a solicitação será encaminhada ao Setor de Contabilidade para empenho em dotação orçamentária própria, emitidas a favor de cada responsável pela diária.

IV – Indeferido o requerimento ou considerado ilegítimo, será este arquivado.

§ 1º - Recebida a solicitação, a Diretoria Geral observará o limite mensal de 5 (cinco) diárias ou 35% (trinta e cinco por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.

§ 2º - Quando do cancelamento do deslocamento, por algum motivo de ordem particular, o solicitante deverá comunicar a Diretoria Geral, devendo conter a justificativa do cancelamento do pedido, cessando imediatamente o procedimento de concessão e pagamento da diária.

§ 3º - Fica vedada a concessão de diárias aos Sábados, Domingos e feriados, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, devidamente aceitos pelo Presidente da Câmara, ouvido o Controle Interno.

Art. 6º - A concessão da diária observará ainda o seguinte:

I - O vereador ou servidor que receber diárias e não se afastar da sede do município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

II - Na hipótese de o vereador ou servidor retornar à sede do município em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, mediante depósito identificado em favor da Câmara Munuicipal, após a devida prestação de contas.

III - Havendo imperiosa necessidade de prorrogação do afastamento do vereador ou servidor, poderão ser liberadas as diárias correspondentes ao período excedente, mediante justificativa apresentada e julgada procedente pelo Presidente da Câmara Municipal, observados os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 1º desta Resolução.

IV – Os recursos liberados a título de diárias somente poderão ser utilizados dentro do período autorizado pelo Presidente da Câmara, sob pena de ser considerada irregular a despesa que extrapolar o expressamente aprovado.

Art. 7º - No formulário de requerimento deverá constar no mínimo:

I – data do requerimento;

II – nome do requerente;

III – destino;

IV – cargo do requerente;

V – data e horário de saída e retorno;

VI – quantidade de diárias solicitadas;

VII – justificativa e motivo detalhado da viagem;

VIII - com quem irá se reunir e no caso de cursos de capacitação, programação do evento;

IX – dados para pagamento;

X – Assinatura do Requerente.

CAPÍTULO V
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º - A prestação de contas dos recursos provenientes de diária, bem como a respectiva liquidação da despesa, deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do término do período autorizado de utilização da despesa.

§ 1º - Os saldos remanescentes serão recolhidos à conta corrente da Câmara Municipal de Monte Sião, mediante depósito identificado onde constará o nome do responsável.

§ 2º - Para fins de fechamento de exercício, a devolução de saldo de numerário e a prestação de contas deverão ser realizadas até o dia 20 de dezembro.

Art. 9º - A prestação de contas será feita pelo destinatário do recurso e para cada diária recebida, a qual deverá ser devidamente instruída de conformidade com os elementos e critérios estabelecidos nesta resolução e nas normas específicas a serem baixadas pelo órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, contendo, conforme cada caso:

I – Fotos que comprovem a presença no local do evento, curso, reunião ou encontro;

II - Relatório resumido do deslocamento, com a descrição dos principais temas abordados no evento, curso, reunião ou encontro, nome dos palestrantes, autoridades públicas e outros envolvidos, bem como o que achar necessário destacar, como forma de efetiva comprovação e de justificativa da despesa, de modo a demonstrar o interesse público e a pertinência com as atribuições do Poder Legislativo;

III - Certidão/certificado de participação ou certidão/declaração de presença expedido pelo órgão, empresa ou entidade visitada, as quais serão arquivadas juntamente com o processo de prestação de contas da diária;

Art. 10 - As prestações de contas serão encaminhadas pelos responsáveis pela diária ao órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião dentro do prazo estipulado no art. 8ª da presente resolução.

§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar nova diária pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 8ª da presente resolução.

§ 2º - Caberá ao Controle Interno verificar a tempestividade e comunicar a Diretoria Geral da sanção prevista no parágrafo anterior, devendo ainda intimar, formalmente, o responsável pela diária, no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo, para fazê-lo em até 02 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da referida intimação.

§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pela diária, prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.

§ 4º - Não sendo atendida a intimação de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo, será imediatamente instaurada pelo Controle Interno procedimento de Tomada de Contas Especial, observando-se o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 5º - As contas rejeitadas, total ou parcialmente, face à constatação de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, também acarretarão a instauração de Tomada de Contas Especial a que se refere o § 4º deste artigo, bem como impedirá o responsável pela diária de realizar nova solicitação até que seja restituída a quantia correspondente e seja a Câmara Municipal devidamente reparada.

§ 6º - O Controle Interno adotará as mesmas providências contidas no parágrafo anterior, quando constatar que o responsável pela diária se omitiu no dever de prestar contas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Os processos e demais expedientes relativos às diárias ficarão arquivados à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 12 - O Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião expedirá normas especificas com relação à aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de diária, bem como dos modelos a serem utilizados para requisição e respectiva prestação de contas.

Art. 13 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 467, de 05 de dezembro de 2017.

4. É o relatório. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Observo, preliminarmente, que a análise a ser feita por esta Procuradoria Jurídica limita-se aos aspectos técnico-jurídicos da questão suscitada, não ingressando nos aspectos de conveniência, oportunidade ou adequação técnico administrativa das medidas a ela referentes, visto que tal matéria foge à expertise e à competência legal deste órgão jurídico.[1]

6. O artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição. " O termo "autonomia política", sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir sua organização, legislação, administração e governo próprios.

7. A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

> Art. 30. Compete aos Municípios:
> **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**
> **II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**
> III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
> IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

[1] Esse achado foi sintetizado no manual de boas práticas consultivas da AGU: "o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade".

> V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
> VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
> VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
> VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
> IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

8. A medida que se pretende instituir se insere, efetivamente, na definição de interesse local, pois, segundo Alexandre de Moraes, "interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)." (Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740). Assim, a matéria constante na proposta se subsome efetivamente ao interesse local, na medida em que dispõe sobre a concessão de premiações pela Câmara Municipal.

9. O processo legislativo brasileiro - conjunto das disposições que regulam o procedimento a ser seguido pelos órgãos competentes pela elaboração das leis e dos atos normativos - é composto por um conjunto de espécies normativas. O processo legislativo é matéria essencialmente constitucional e os tipos de espécies normativas estão previstos na Constituição Federal, em seu artigo 59, sendo Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Lei Ordinária (PL), Projetos de Decreto Legislativo (PDC), Projetos de Resolução (PRC) e Medidas Provisórias (MPV):

> Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:
> I - emendas à Constituição;
> II - leis complementares;
> III - leis ordinárias;
> IV - leis delegadas;
> V - medidas provisórias;
> VI - decretos legislativos;
> **VII - resoluções.**

10. O direito brasileiro é organizado em um sistema de escalonamento das normas jurídicas, sendo a Constituição Federal de 1988 o diploma paradigma para a elaboração de todas as demais espécies legislativas. Em função da hierarquia das normas, exsurge do ordenamento jurídico o princípio da continuidade das leis, segundo o qual, "Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue" (art. 2º, LINDB). Diante disso, uma determinada norma jurídica só pode ser alterada ou revogada por meio de outra norma da mesma hierarquia; do contrário, a nova espécie legislativa não terá a aptidão de atingir a norma primária.

11. A espécie normativa "**Resolução**" é uma norma que tem como objetivo regular matérias de competência das Casas Legislativas, sendo de competência privativa dessas e gerando, de regra, efeitos internos. A Resolução é uma deliberação político-administrativa do parlamento que deve observar o processo legislativo, não estando sujeita a sanção do Poder Executivo.

Obedece a procedimentos próprios estabelecidos no Regimento Interno de cada Casa Legislativa, sendo promulgadas pelo próprio Poder Legislativo.

12. Na lição lapidar Hely Lopes Meirelles, a "Resolução é deliberação do plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da Câmara, sendo promulgada por seu presidente. **Não é lei, nem simples ato administrativo: é deliberação político-administrativa.** Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeita a sanção e veto do Executivo." (in Direito Municipal Brasileiro. 16ª ed., p. 674, São Paulo, Malheiros, 2008).

13. Posta estas premissas, passa-se a análise do caso propriamente dito.

14. Por constitucionalidade formal deve-se entender a compatibilidade do projeto com as regras básicas do processo legislativo, insculpidos na Magna Carta, e que são de observância obrigatória por todos os entes federados. É chamada de formal, na medida em que demanda um exame da forma de procedimento adotado para a elaboração de uma determinada norma (ou, em outras palavras, exige o exame do processo de formação da norma).

15. A incompatibilidade do procedimento adotado para a elaboração de uma norma, com alguma regra do processo legislativo insculpida na Constituição (e reproduzida na Lei Orgânica do Município por necessidade de simetria com o modelo federal), gera um vício de inconstitucionalidade formal.

16. A inconstitucionalidade formal pode ser de duas espécies. Quando a inconstitucionalidade é relacionada com a tramitação é denominada inconstitucionalidade formal objetiva. Já quando a inconstitucionalidade é relacionada com a competência para a iniciativa do processo legislativo, denomina-se de inconstitucionalidade formal subjetiva.

16.1. Controlar a constitucionalidade significa impedir a eficácia de normas contrárias à Constituição e, para tanto, a defesa da Carta Maior pressupõe a existência de garantias e institutos destinados a assegurar a observância, a aplicação, a estabilidade e a conservação das suas normas.

16.2. O controle de constitucionalidade é definido como o ato de submeter à verificação de compatibilidade de normas de um determinado ordenamento jurídico com os comandos do parâmetro constitucional em vigor, formal e materialmente (forma, procedimento e conteúdo), retirando do sistema jurídico (nulificando ou anulando) aquelas que com eles forem incompatíveis.

16.3. Desta forma, para que uma norma infraconstitucional seja válida e eficaz, se faz necessário estar em consonância com as normas constitucionais. Sendo assim, entende-se que as normas constitucionais são criadas para serem integralmente cumpridas. O princípio da supremacia constitucional procura colocar a Carta Magna como um caminho a ser seguido por todo sistema infraconstitucional, podendo se dar tanto no plano formal, quanto no material.

16.4. Até os entes da federação encontram limites no princípio da supremacia constitucional, uma vez que tanto governo federal, quanto os governos estaduais e municipais sofrem limitações impostas pela Constituição Federal. Nesse sentido, pode-se afirmar que a

Constituição Federal da República figura no sistema jurídico pátrio como norma suprema, ou seja, todas as demais derivam dela e consequentemente não podem ir de encontro a esta. Contudo, caso isso ocorra, serão expurgadas do ordenamento jurídico.

17. Feitas tais observações preliminares, passa-se para o exame da regularidade formal da presente proposição.

18. Dispõe os arts. 49-A da LOM e o 98 do RICMMS:

> **Art. 49-A. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de autonomia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Diretoria Administrativa, a Mesa Diretora e os Vereadores, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.**
> **Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de resolução:**
> **I - Destituição de membro da Mesa Diretora;**
> **II - Assuntos de autonomia interna da Câmara Municipal;**
> **III - Alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal;**
> **IV - Transferência temporária da sede da Câmara Municipal, nos termos do seu Regimento Interno.**
>
> **Art. 98. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de autonomia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Diretoria Administrativa, a Mesa Diretora e os Vereadores, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.**
> **Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de Resolução:**
> **I - Destituição de membro da Mesa Diretora;**
> **II - Assuntos de autonomia interna da Câmara Municipal;**
> **III - Alteração deste Regimento Interno;**
> **IV - Transferência temporária da sede da Câmara, nos termos deste Regimento.**

19. Tem-se que do ponto de vista estritamente formal, não há vício presente projeto de resolução.

20. Ressalto que está correta a espécie de projeto utilizada no caso em tela. Dispõe expressamente o art. 49-A da Lei Orgânica do Município que os projetos de resolução disporão sobre assuntos de interesse interno. Soma-se a essa diretriz, o art. 98 do Regimento interno.

21. Ainda, tratando-se de reestruturação normativa já existente no âmbito da Câmara Municipal, outra não poderia ser a espécie de proposição adotada, que não um projeto de resolução.

22. Diferentemente, não merece reparo a iniciativa do projeto de resolução (vício nomoestático). O projeto foi desencadeado por pela Mesa Diretora. Dispõe expressamente o art. 95 do Novo Regimento Interno ser competência privativa da Mesa Diretora, o seguinte:

> **Art. 95. É de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara a iniciativa das Leis que disponham sobre:**

I - a autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.
III - Instituição e organização do regime jurídico de seus servidores;
IV - Plano de cargos, carreiras e salários.
§ 1º Nos projetos de competência exclusiva da Mesa Diretora, não serão admitidas Emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores.
§ 2º As matérias de competência exclusiva da Mesa Diretora deverão ser assinadas pela maioria de seus componentes.
§ 3º Havendo empate nas deliberações da Mesa Diretora, o Presidente da Câmara terá direito ao voto de qualidade, isto é, terá seu voto computado em dobro.

23. Desta feita, a iniciativa confirma a competência exclusiva da Mesa, tendo em vista a reorganização de limites envolvendo adiantamentos e demais dinheiros no âmbito do Poder Legislativo.

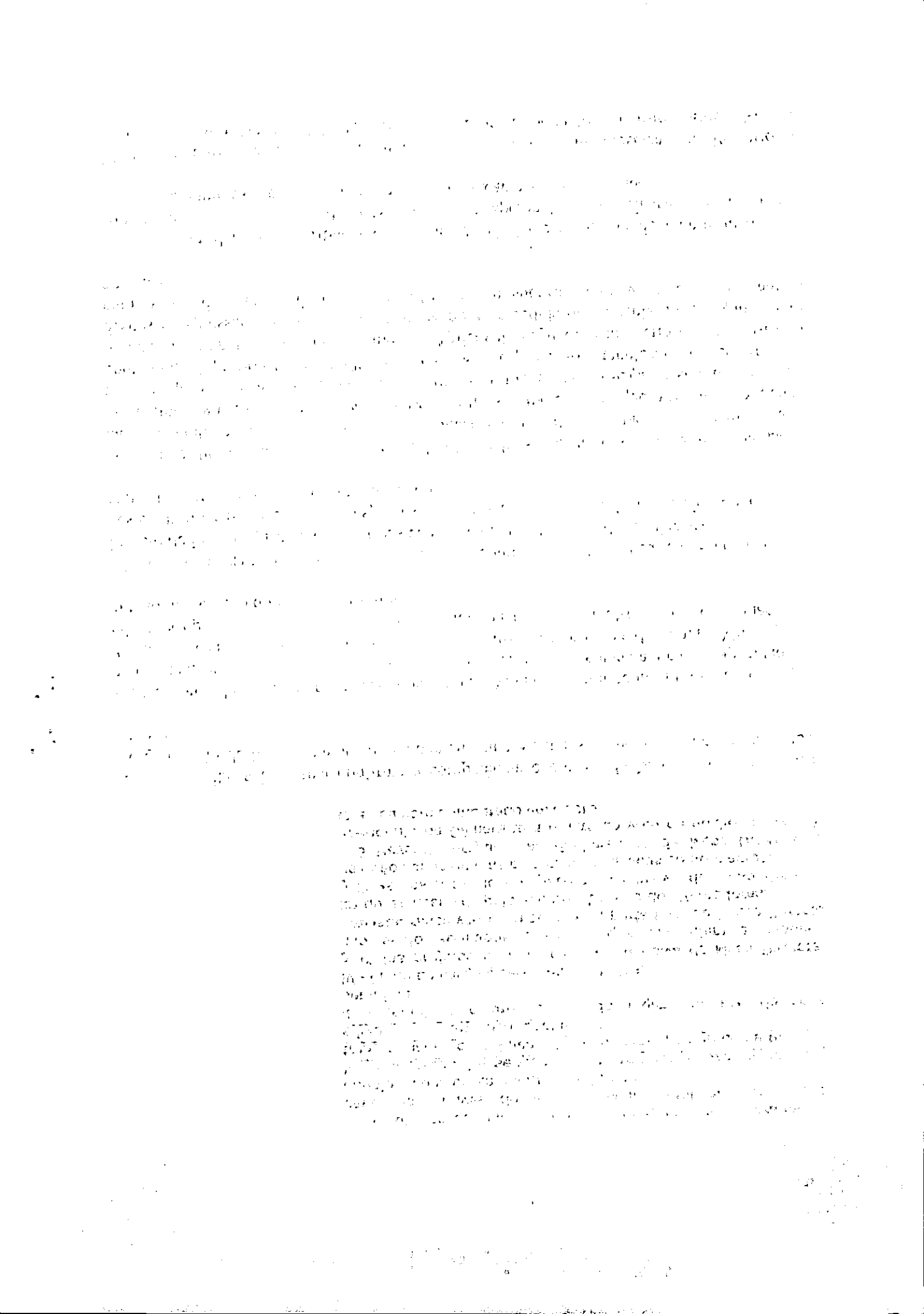
24. Do ponto de vista da competência da Câmara Municipal para editar a presente resolução, não restam dúvidas. Conforme se deflui das normas já comentadas acima, a capacidade de dispor sobre sua própria estrutura administrativa é típica prerrogativa da Câmara Municipal. É tal prerrogativa, aliás, normalmente denominada pela doutrina de capacidade de autoadministração do Poder Legislativo.

25. Por regularidade material deve se entender a compatibilidade vertical entre o conteúdo do Projeto de Lei e os princípios e normas constitucionais. Difere-se da regularidade formal, pois neste último caso analisam-se aspectos atinentes à iniciativa e formalidades do processo legislativo, já verificados nos itens anteriores.

26. Diante disso, examinando o pano de fundo do Presente Projeto de Resolução, situações há, no entanto, cujas características, relacionadas ao objeto da contratação, impedem a adoção do regime regular de execução de despesas públicas. Hipóteses em que o pagamento, quanto ao que aqui interessa, ocorre antes mesmo do exaurimento da obrigação assumida pela parte contratada. A própria Lei nº 4.320, de 1964, assim o prevê ao estabelecer, em seu art. 68, o regime de adiantamento do pagamento. Aplicável, segundo seus termos, aos casos de despesas expressamente definidos em lei, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

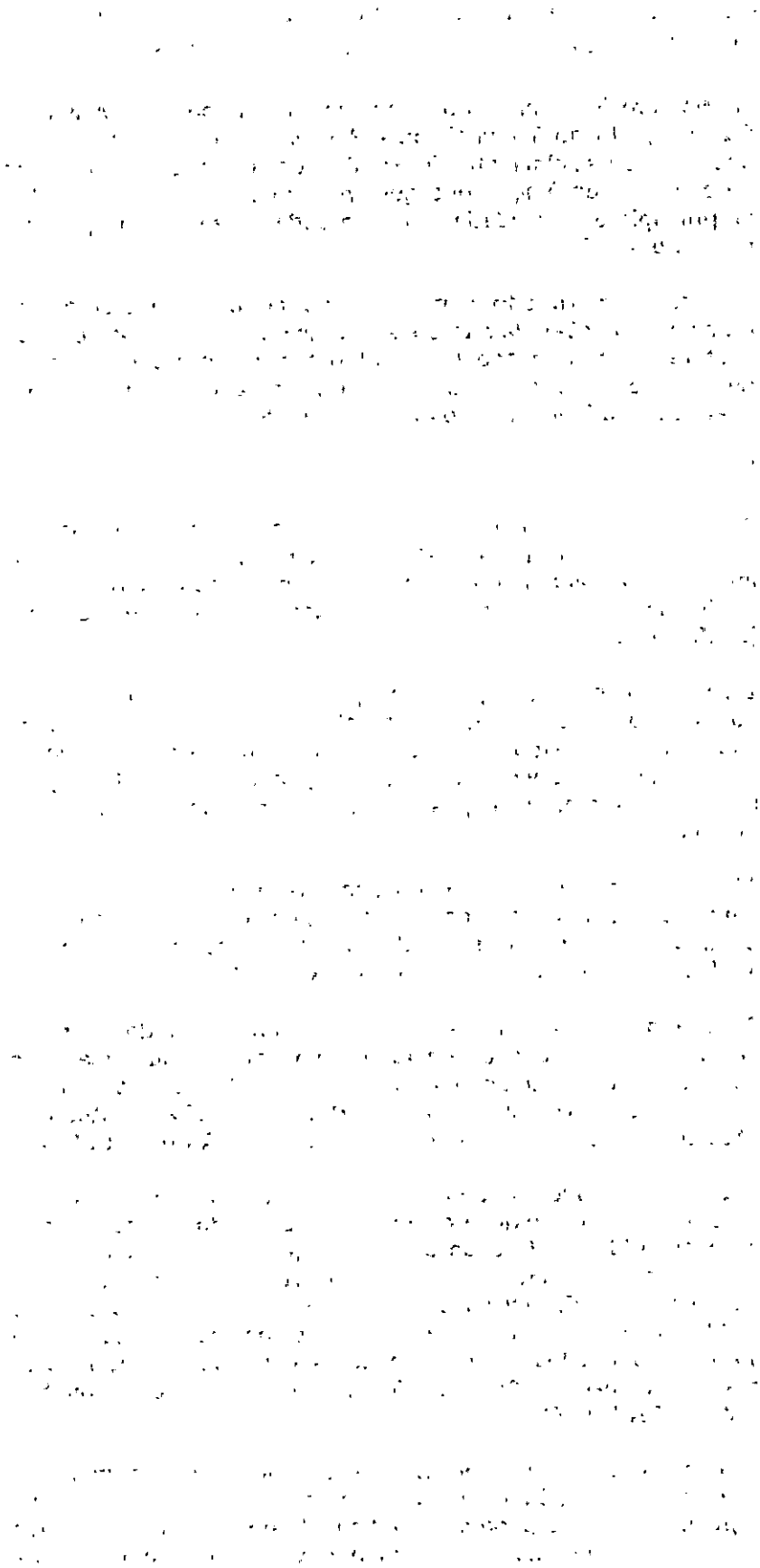
27. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é composta de manifestações que corroboram o entendimento da possibilidade, excepcional, de antecipação do pagamento. Desde que o interesse público subjacente à contratação assim o justifique.

28. Colhendo-se, nesse sendo, a título exemplificativo, a manifestação do Plenário do Tribunal no Acórdão de nº 1160/2016, de relatoria do Ministro Augusto Nardes. Na qual



restaram assentadas premissas à admissão do pagamento antecipado, com base na jurisprudência da Corte de Contas. Retirando-se do acórdão os seguintes excertos:

> **15. Não preciso lembrar aos meus pares, tampouco ao Ministério Público junto ao Tribunal, pois Vossas Excelências têm vasta experiência na Administração Pública, das dificuldades inerentes ao exercício da função dos gestores públicos que, submetidos ao princípio da legalidade, somente podem fazer aquilo que está prescrito na lei.**
>
> **16. Mas, de outro lado, como a lei não tem condições de prever todas as situações de fato possíveis de ocorrer, exige-se desses gestores, dentro desse limite, algum alargamento da atuação que, se espera, seja sempre fundamentado e tendo como finalidade o atingimento do interesse público.**
>
> **[...]**
>
> **22. Sobre essa matéria, em julgado desta Corte do qual fui relator, Acórdão nº 1879/2011 - Plenário, considerei que é indevido o pagamento antecipado por obras, serviços ou aquisições, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.**
>
> **23. Essa, aliás, é a jurisprudência predominante no Tribunal, que admite a antecipação de pagamento, desde que em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo interesse público e observadas as devidas cautelas e garantias. Resgato alguns precedentes, a partir de pesquisa na jurisprudência selecionada desta Corte:**
>
> **"A antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo interesse público e observadas as devidas cautelas e garantias. Acórdão 1565/2015 - Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO**
>
> **É vedado o pagamento sem a prévia liquidação da despesa, salvo para situações excepcionais devidamente justificadas e com as garantias indispensáveis (arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei 4.320/64; arts. 38 e 43 do Decreto 93.872/86. Acórdão 0158/2015 - Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES**
>
> **Pode ser admitida a antecipação de pagamentos em casos excepcionais, desde que devidamente justificados, considerando as peculiaridades de cada caso e as garantias oferecidas, que devem ser suficientes ao resguardo do interesse da administração. Em tal caso, devem ser promovidas as devidas justificativas no âmbito do processo de contratação, com informação detalhada dos benefícios e riscos auferidos com essa antecipação. Acórdão 3003/2010 - Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO**
>
> **O pagamento antecipado não é vedado pelo ordenamento jurídico, contudo, é admitido apenas em situações excepcionais. A possibilidade de pagamento adiantado deve ser condicionada à existência de interesse público devidamente demonstrado,**



previsão no edital e exigência de garantias. Acórdão 3614/2013 - Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER"

Em regra, os pagamentos relativos a contratos devem ser efetuados após o regular cumprimento das obrigações. Pagamentos antecipados somente devem ser admitidos quando houver garantias suficientes de ressarcimento ao erário em caso de não cumprimento obrigacional, comprovada economia de recursos e desde que haja a devida justificativa. Acórdão 0496/2012 - Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO

29. Compreende-se, pois, a despeito da sistemática de execução de despesas públicas pela legislação, a existência de situações passíveis de não serem enquadradas na moldura inicialmente pensada pelo legislador. Situações essas decorrentes das circunstâncias fáticas e das características que são próprias ao objeto da contratação. Cuja presença indica ao gestor público um cenário de completa incompatibilidade entre o cumprimento do rito ordinário de execução da despesa pública e a execução em si do objeto da contratação na qual materializado o interesse público.

30. Nessas hipóteses, o afastamento da exigência da liquidação para fins de pagamento estaria calcada na demonstração da excepcionalidade da medida e no atendimento do interesse público. Ao que o Tribunal de Contas da União fez somar, segundo entendimento consolidado, cautelas e requisitos outros destinados a garantir a efetiva entrega do objeto da contratação; ou, a devolução da quantia dada em pagamento.

31. Vale ressaltar que a construção desse entendimento, conquanto decorrente de situações específicas e excepcionais, se deu ao longo de períodos de normalidade. Em que o cenário fático-jurídico não apresenta particularidades outras que não as naturais ao exercício da atividade administrava. E decorre, unicamente, da amplitude e variedade do universo de situações em que se depara o gestor público no exercício diário de seu múnus.

32. Podemos afirmar que a remuneração devida aos servidores não se confunde com as verbas de caráter indenizatório, pagas para lhes ressarcir de despesas que tenham em razão do exercício do cargo e no interesse do serviço público, devendo a motivação ser compatível com as atividades finalísticas do órgão ou entidade a que se vinculem.

33. O fundamento do pagamento de qualquer verba de natureza indenizatória é a vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública. Com efeito, uma vez que um agente público tenha custos com atividades relacionadas às suas atribuições funcionais, de interesse da entidade com que guarda vínculo de trabalho e não de seu interesse pessoal, tem a Administração Pública o dever de restituir esses custos.

34. As verbas indenizatórias não podem acarretar acréscimo patrimonial do agente público, e seu pagamento está sujeito ao dever genérico de prestar contas, ínsito à atividade administrativa de modo geral conforme a lição clássica de Hely Lopes Meirelles[2]:

"O dever de prestar contas é decorrência natural da administração como encargo de gestão de bens e interesses

[2] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 109



alheios. Se o administrar corresponde ao desempenho de um mandato de zelo e conservação de bens e interesses de outrem, manifesto é que quem o exerce deverá contas ao proprietário. (...)

Daí o dever de todo administrador público - agente político ou simples funcionário - de prestar contas de sua gestão administrativo, e nesse sentido é a orientação de nossos tribunais."

35. Nesse passo, é de se observar que dois são os procedimentos costumeiramente utilizados para pagamento de verbas indenizatórias a fim de ressarcir gastos com hospedagem, alimentação e transporte nos deslocamentos de agentes públicos a serviço: as diárias e os adiantamentos. No que toca a este projeto, as diárias consistem em valores predeterminados em ato normativo válido, devendo ser fixadas em vista dos princípios de razoabilidade, proporcionalidade e moralidade que orientam a atividade administrativa, para que correspondam gastos necessários e imprescindíveis a serem realizados pelo agente público no interesse do serviço.

36. Ressalte-se, também, que a utilização do sistema de diárias exige sempre a devida motivação circunstanciada e documentada para o deslocamento, e embora dispense um procedimento rígido de prestação de contas, exige devida comprovação de que as causas que justificam o seu pagamento, quais sejam, a necessidade de custeio de hospedagem, alimentação e transporte foram para o bom cumprimento das responsabilidades durante a viagem. A respeito do assunto, colacionamos o precedente do TCE/MG[3], que subscrevemos integralmente:

"Indenização de Despesas de Viagem de Servidores Públicos e Agentes Políticos. Trata-se de Consulta formulada por Presidente de Câmara Municipal em que foi solicitado que esta Corte se manifestasse quanto à legalidade da indenização de despesas de viagem de agentes públicos sem a apresentação de comprovantes. **(...) Aduziu que os valores recebidos pelo servidor público ou por agente político estadual ou municipal em virtude da realização de viagem a serviço têm caráter indenizatório, sendo destinados a compensá-lo por gastos realizados com hospedagem, alimentação e locomoção. Afirmou que tal indenização deve se dar, preferencialmente, mediante o pagamento de diárias de viagem, previstas em lei e regulamentadas em ato normativo próprio do respectivo Poder, com prestação de contas simplificada e empenho prévio ordinário.** Acrescentou que, na ausência de tal previsão, poderá a indenização ser paga em regime de adiantamento e com empenho prévio por estimativa, se houver autorização legal para tanto, ou através de reembolso, também com empenho prévio por estimativa. Aduziu que, nas hipóteses de adiantamento e de reembolso, será imprescindível a comprovação posterior de gastos pelo servidor público ou agente político, com rigorosa prestação de contas, em processo complexo, conforme enunciado de Súmula 79 - TCMG. **Asseverou que em qualquer dessas situações, devem ser observados os princípios constitucionais da razoabilidade, da economicidade e da**

[3] TCE/MG. Consulta 748370, Rel. Cons. Antônio Carlos Andrada, 20.05.2009,

> **moralidade quanto à natureza e ao montante do gasto, para que as despesas sejam consideradas regulares regulares**. Visando à eficiência do controle interno e externo da gestão de recursos públicos, recomendou que os entes públicos regulamentem o pagamento de diárias de viagem, pois esta é a forma mais segura e transparente de se processar tais despesas. Por fim, destacou que, com base no art. 216 do RITCMG, esse entendimento, firmado no mesmo sentido das Consultas de nos 658053 e 725864, implica a reforma das teses das Consultas de nos 55757, 89572, 652407, 656186, 703945 e 748954, que dispunham sobre a matéria em outro sentido. O voto do Relator foi aprovado por unanimidade".

37. Enfim, em vista do caráter indenizatório das diárias e do adiantamento, não podem ser repassados ao agente público, valores para ressarcir custos que já foram ou estejam sendo suportados diretamente pela Administração Pública, que é una, não importando se foram pagos pelo órgão de origem ou por outro ente federativo, seja ele Município, Estado ou União.

38. Concluí, portanto, que as diárias são verbas indenizatórias que não podem acarretar acréscimo patrimonial do servidor, e que embora tenham valor prefixado e se submetam a procedimento simplificado de prestação de contas, não podem ser pagas quando os custos com alimentação e pousada, a que visam indenizar, já tenham comprovadamente sido suportados pela entidade pública interessada.

39. É necessário consignar que o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que não possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

40. Consiste na entrega de numerário (de um determinado valor) para servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria. (Ex: Lei Estadual/SP n.º 10.320, de 16/12/68, artigo 6º, inciso II; Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, artigo 68).

41. Em âmbito municipal, foi editada a lei nº 1.947/10 que ostenta a seguinte redação:

> **Art. 1º Fica autorizada a concessão e pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo de Monte Sião para indenizar despesas de hospedagem e alimentação, quando em viagem para fora da sede funcional, a serviço ou para participar de eventos de capacitação profissional e outros eventos de interesse do Poder Legislativo.**
>
> **Art. 2º Ao Vereador que viajar para atividades relacionadas com o exercício do mandato parlamentar ou em representação do Poder Legislativo, dentro ou fora do Estado, devidamente autorizado pelo Presidente do Poder Legislativo, será assegurado o pagamento de diárias, nesta, entendidas despesas de hospedagem e alimentação.**
>
> **Art. 3º A liberação dos valores das diárias e o deslocamento de servidores e dos vereadores deste Poder se dará mediante prévia autorização expressa da Presidência, a qual formará o processo de despesa.**

Art. 4º O sistema de pagamento dos valores das diárias e sua regulamentação serão instituídos por meio de Resoluções.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

42. Desta forma, a presente resolução concretiza a lei municipal e ordena a situação ora presente: concessão de diárias.

43. Por fim, O artigo 70 da Constituição Federal prevê o dever de prestar contas daquele que administra ou utiliza bens públicos, senão vejamos:

"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

44. Além do dever de prestar contas para aqueles que utilizam a coisa pública, o artigo 70 supramencionado combinado com o artigo 74 da CF/88, também prevê o dever de fiscalização do ente público, a ser realizado através de seu sistema de controle interno, estando dentre os objetivos de fiscalização, além de verificar a legalidade do ato, verificar o resultado do emprego do dinheiro.

45. Desta forma, as viagens e as diárias a serem autorizadas e pagas pelo Administrador Público devem estar regulamentadas em normas próprias, que observem os princípios da Administração previstos no artigo 37 da Carta Magna, quais são, a legalidade, moralidade, impessoalidade, Publicidade e eficiência.

46. Ante todo o exposto, tem-se que a norma está apta ao fim a que se propõe, inexistindo vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, ademais imprescindível destacar que a justificativa e a fundamentação enviada por mensagem juntamente com o projeto de lei, foram, ambas plausíveis, além de possuir lógica.

47. Assim, a propositura atende aos ditames legais, não havendo qualquer vício que a macule. Quanto a redação sugiro alterações no art. 13 do presente Projeto de Resolução, no sentido de retirar a expressão "revogadas disposições em contrário", como forma de cumprir o disposto no art. 9º da LC 95/98.

III – DA CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Assim sendo, este Procurador opina pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Resolução nº 12/2023, ressalvado o item 47 deste parecer.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Monte Sião, 05/12/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG 221.635

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1536/2023
Data: 08/12/2023 Hora: 14:47:14
Natureza: Emenda nº 1

ARQUIVADO
Sala das Sessoes 11/12/23

"Altera dispositivos do Projeto de Resolução nº 13/2023"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Fica estabelecido o limite mensal, de 5 (cinco) diárias ou 50% (cinquenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.".

Art. 2º - O parágrafo 1º do art. 5º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Recebida a solicitação, a Diretoria Geral observará o limite mensal de 5 (cinco) diárias ou 50% (cinquenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.".

Art. 3º - O parágrafo 2º do art. 5º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - O requerente deverá comunicar a Diretoria Geral quando, por qualquer motivo, o deslocamento for cancelado, cessando de imediato, para todos os efeitos, o procedimento de concessão da diária.".

Art. 4º - O parágrafo 1º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar nova diária pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 8ª da presente resolução ou até que apresente a prestação de contas.".

Art. 5º - O parágrafo 3º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pela diária, prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.".

Art. 6º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de Dezembro de 2023.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

33

CONCLUSÃO

Em 08 de dezembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço conclusa a **Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 13/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que, por tratar-se de anexo, o despacho deve ser imediato, nos termos do art. 109 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 08 de dezembro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Ofício Nº 274/2023
Assunto: Despacho
Data: 08/Dezembro/2023

Prezados Vereadores,

Pelo presente, ficam despachadas, na forma do art. 109 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião (Resolução nº 514, de 07 de novembro de 2023), as seguintes emendas, inicialmente à Procuradoria Jurídica (metade do prazo), e em seguida às comissões respectivamente designadas, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 57, inciso I do texto regimental, concernente a 10 dias corridos:

- **Emenda modificativa nº 23 ao Projeto de Lei Ordinária nº 130/2023**, do Vereador Sérgio Ricardo de Freitas. (Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa).

- **Emenda modificativa nº 01 ao Projeto de Resolução nº 13/2023**, do Vereador Sérgio Ricardo de Freitas. (Comissão de Justiça e Redação).

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Assinado de forma digital por PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Dados: 2023.12.08 16:15:17 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG

35

TERMO DE REMESSA

Em 08 de dezembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, a **Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 13/2023** para a Procuradoria Jurídica e para Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer pela Procuradoria Jurídica, nos termos do art. 57, I c/c art. 58 do Regimento Interno, é até o dia 13 de dezembro de 2023.

Já o prazo para emissão de parecer pelas Comissões Permanentes é até o dia 05 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 57, I c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno, tendo em vista a suspensão dos prazos regimentais no período de recesso legislativo.

Monte Sião, em 08 de dezembro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO
36

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1552/2023
Data: 11/12/2023Hora: 15:49:53
Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 13/2023 - "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

Autor do Anexo: Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 11 de Dezembro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se o presente parecer acerca de análise da emenda parlamentar oferecida ao Projeto de Resolução n.º 13/2023, de autoria da Mesa Diretora.

2. A emenda é de autoria do Vereador Sérgio Ricardo de Freitas.

3. Dispõe a emenda da seguinte Redação:

> **Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:**
>
> > **"Parágrafo Único - Fica estabelecido o limite mensal, de 5 (cinco) diárias ou 50% (cinquenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora."**

Art. 2º - O parágrafo 1º do art. 5º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Recebida a solicitação, a Diretoria Geral observará o limite mensal de 5 (cinco) diárias ou 50% (cinquenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora."

Art. 3º - O parágrafo 2º do art. 5º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - O requerente deverá comunicar a Diretoria Geral quando, por qualquer motivo, o deslocamento for cancelado, cessando de imediato, para todos os efeitos, o procedimento de concessão da diária."

Art. 4º - O parágrafo 1º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar nova diária pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 8ª da presente resolução ou até que apresente a prestação de contas."

Art. 5º - O parágrafo 3º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pela diária, prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.

Art. 6º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

4. É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

6. Acerca das emendas parlamentares, leciona Hely Lopes Meirelles:

"A exclusividade da iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto às matérias propostas pelo Executivo. (...) Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo

> **prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo". (In Direito Municipal Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 1993, p. 542).**

7. Objetivamente, ao parlamentar é conferido o direito de apresentação de emendas, porém as emendas devem obedecer às regras previstas pela Constituição e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **O poder de emenda parlamentar não pode implicar aumento de despesa e deve guardar efetiva pertinência temática com o projeto de lei original, sob pena de se configurar verdadeira exorbitância.**

8. Inerente ao exercício da atividade legislativa, o poder de emendar projetos de lei está inserido no processo constitucional de produção normativa e é prerrogativa conferida aos membros do Poder Legislativo nas três esferas da Federação. Evidentemente, encontram-se delineadas no seio constitucional limitações ao exercício deste poder.

9. A propósito do tema, convém lembrar a doutrina:

> **"... a cláusula constitucional que confere exclusividade ao Chefe do Executivo para instaurar o processo legislativo em matéria orçamentária (art. 165, caput, da CF) não impede os parlamentares de oferecerem emendas ao correspondente projeto de lei. É que o poder de emendar que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis é prerrogativa de ordem político jurídica deferida aos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa." (Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho in "Curso de Direito Financeiro", Ed. Saraiva, 2012, p. 269).**

10. Via de regra, em vista das restrições constitucionais, impera o entendimento no sentido de que **o poder de emenda parlamentar não pode implicar aumento de despesa e deve guardar efetiva pertinência temática com o projeto de lei original, sob pena de se configurar verdadeira exorbitância.** Firme, nesse particular, o posicionamento o C. Supremo Tribunal Federal nos seguintes precedentes: RE 864570, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 12/06/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-118 DIVULG 18/06/2015 PUBLIC 19/06/2015; ADI 2681 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 11/09/2002, DJe-212 DIVULG 24-10-2013 PUBLIC 25-10-2013 EMENT VOL-02708-01 PP-00001.

11. Ao Legislativo não é vedado apresentar emendas a projetos de lei, muito pelo contrário, porém isso pode ser feito, DESDE QUE, com base nos parâmetros estabelecidos na Constituição, na LOM e no Regimento Interno. O que não ocorreu nesse caso.

12. Dispõe o art. 45 da LOM:

> **Art. 45. É de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:**

I - a autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.
III - Instituição e organização do regime jurídico de seus servidores;
IV - Plano de cargos, carreiras e salários.
Parágrafo único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa Diretora, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores.

13. No caso em testilha, claramente a competência para propositura do Presente Projeto é da Mesa Diretora, portanto, deve ser observado o Parágrafo único do art. 45.

14. Nitidamente há aumento de despesa (algo vedado pela LOM e pelo Regimento Interno) prevista. O Projeto apresentado pela Mesa tinha previsão de 35% (para porcentagem máximo para concessão de diárias). A presente emenda altera essa porcentagem para 50%. Portanto, valor inegavelmente maior e aumentando a despesa prevista, algo, repita-se, vedado pela LOM.

15. Desta forma, tenho que a presente emenda apresenta inconstitucionalidade, por exorbitar o poder de emenda conferido ao parlamentar (aumento de despesa prevista).

16. Além disso, dispõe o art. 107 do RICMMS:

Art. 107. Emenda é a alteração apresentada a um dispositivo do projeto, podendo ser:
I - Supressiva: que exclui, em parte ou no todo, dispositivo do projeto;
II - Substitutiva: que visa à substituição da integralidade do texto de um dispositivo, promovendo alterações substanciais ou apenas formais em parte ou na totalidade do texto principal substituído;
III - Aditiva: que acrescenta dispositivo ao projeto;
IV - Modificativa: que propõe alterações pontuais de mérito ao texto de um dispositivo, mantendo, entretanto, suas linhas gerais;
§ 1º A Emenda apresentada à outra, denomina-se subemenda.
§ 2º A Emenda, subemenda e substitutivo deverão ser apresentadas dentro do prazo regimental e despachadas às comissões para emissão de parecer, na forma do art. 109 deste Regimento Interno.

17. O Regimento possui um comando muito claro sobre emenda: alteração a UM dispositivo legal. A presente emenda visa alterar MAIS DE UM dispositivo. Portanto, não observou as formalidades exigidas pelo Regimento, tornando-a também inapta.

18. Desta forma, resta INAPTA a presente emenda, por violar a LOM (aumento de despesa prevista) e o RICMMS (art. 107).

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

> **"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Diante do exposto, salvo melhor juízo, a presente Emenda possui inconstitucionalidade e não observou o Regimento Interno desta Casa. Portanto, está inapta.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Monte Sião, 11/12/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 221.635

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1553/2023
Data: 11/12/2023 Hora: 16:28:58
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Projeto de Resolução nº 13/2023 - "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Data: 11 de Dezembro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente o presente Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que o mesmo seja submetido à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

AUSENTE

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 1553/2023
Data: 11/12/2023 Hora: 16:28:58
Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Emenda nº 1 ao Projeto de Resolução nº 13/2023 - "Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010".

Autor do Anexo: Sérgio Ricardo de Freitas

Data: 11 de Dezembro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, examinando detida e minuciosamente a presente emenda ao Projeto de Resolução, por maioria, verificou sua inconstitucionalidade, sendo de parecer contrário para que a mesmo seja submetida à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Sião - MG.

AUSENTE

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente

43

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Considerando o parecer exarado pela Comissão de Justiça e Redação, contrário à tramitação e à votação da Emenda nº 01 ao Projeto Resolução nº 13/2023, que acompanhou o parecer jurídico juntado à emenda.

Considerando a redação do artigo 53 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião que determina o arquivamento da proposição que receber parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação.

Considerando a competência do Presidente da Câmara de promover o arquivamento, nos termos do artigo 14, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.

Promovo o **ARQUIVAMENTO** da Emenda nº 01 ao Projeto Resolução nº 13/2023., com a respectiva baixa e finalização de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

CONCLUSÃO

Em 04 de janeiro de 2024, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço conclusa as **Emendas nº 02 a 05 ao Projeto de Resolução nº 13/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que, por tratar-se de anexo, o despacho deve ser imediato, nos termos do art. 109 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 04 de janeiro de 2024.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

Ofício Nº 2/2024
Assunto: Despacho
Data: 04/Janeiro/2024

Prezados Vereadores,

Pelo presente, ficam despachadas, na forma do art. 109 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião (Resolução nº 514, de 07 de novembro de 2023), as **Emendas nº 02 a 05 ao Projeto de Resolução nº 13/2023 (Comissão de Justiça e Redação)**, inicialmente à Procuradoria Jurídica, e em seguida às comissões respectivamente designadas, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 57, inciso I do texto regimental, concernente a 10 dias corridos.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640

Assinado de forma digital por PLATINI DOS SANTOS PEREIRA:05450857640
Dados: 2024.01.04 11:33:34 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG

TERMO DE REMESSA

Em 04 de janeiro de 2024, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, as **Emendas nº 02 a 05 ao Projeto de Resolução nº 13/2023** para a Procuradoria Jurídica e para Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer pela Procuradoria Jurídica, nos termos do art. 57, I c/c art. 58 do Regimento Interno, é até o dia 05 de fevereiro de 2024.

Já o prazo para emissão de parecer pelas Comissões Permanentes é até o dia 12 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 57, I c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno, tendo em vista a suspensão dos prazos regimentais no período de recesso legislativo.

Monte Sião, em 04 de janeiro de 2024.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 2/2024
Data: 03/01/2024 Hora: 08:52:43
Natureza: Emenda nº2

"Modifica dispositivo do Projeto de Resolução nº 13/2023"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Fica estabelecido o limite mensal, de 5 (cinco) diárias ou 40% (quarenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de Janeiro de 2024.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 3 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 3/2024
Data: 03/01/2024 Hora: 08:53:25
Natureza: Emenda nº3

"Modifica dispositivo do Projeto de Resolução nº 13/2023"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 5º do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Recebida a solicitação, a Diretoria Geral observará o limite mensal de 5 (cinco) diárias ou 40% (quarenta por cento) do total do subsídio ou vencimento do requerente, ressalvados os casos justificados por imperativa necessidade, os quais deverão ser autorizados pela totalidade dos membros da Mesa Diretora.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de Janeiro de 2024.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 4 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 4/2024
Data: 03/01/2024 Hora: 08:54:17
Natureza: Emenda nº4

"Modifica dispositivo do Projeto de Resolução nº 13/2023"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar nova diária pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 8ª da presente resolução ou até que apresente a prestação de contas.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de Janeiro de 2024.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR

EMENDA MODIFICATIVA Nº 5 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2023

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 5/2024
Data: 03/01/2024 Hora: 08:54:56
Natureza: Emenda nº5

"Modifica dispositivo do Projeto de Resolução nº 13/2023"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, APROVA A SEGUINTE EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - O parágrafo 3º do art. 10 do Projeto de Resolução nº 13/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pela diária, prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.".

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de Janeiro de 2024.

SÉRGIO RICARDO DE FREITAS
VEREADOR